

Jean Carlos Dias
José Henrique Mouta
Michel Ferro e Silva
Adelvan Oliverio Silva
Arthur Laércio Homci
Bernardo Augusto da Costa Pereira

CURSO DE PROCESSO CIVIL PROCESSO DE CONHECIMENTO

2^aedição

Revista, ampliada e atualizada
conforme a lei n. 13.793/2019

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

*Copyright © 2019 by
 Jean Carlos Dias
 José Henrique Mouta
 Michel Ferro e Silva
 Adelvan Olivério
 Arthur Laércio Homci
 Bernardo Augusto da Costa Pereira*

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
 Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
 não se responsabiliza pelas opiniões
 emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
 Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D541c

Dias, Jean Carlos
 Curso de processo civil : processo de conhecimento / Jean Carlos Dias...
 [et al.]. – 2. ed. rev. ampl. e atual. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
 364 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 335-350.
 Edição atualizada conforme a lei nº13.793/2019.

ISBN 978-85-519-1389-5

1. Processo civil – Brasil.. 2. Ato processual. 3. Tutela provisória. 4. Audiência de conciliação e julgamento. 5. Coisa julgada. 6. Direito – estudo e ensino. I. Mouta, José Henrique. II. Ferro e Silva, Michel. III. Olivério, Adelvan. IV. Homci, Arthur Laércio. V. Pereira, Bernardo Augusto da Costa. VI. Título.

CDD 347

Sumário

Prefácio à Segunda Edição	1
Prefácio à 1ª Edição	3
Os Autores	5
Capítulo 1 – Normas Fundamentais	9
1. Normas fundamentais. Princípios e regras	9
2. Os direitos fundamentais. As cláusulas de abertura no CPC	10
3. Implicações da conexão com os direitos fundamentais	16
4. O Controle Judicial e as funções estatais	18
5. Os princípios positivados no Código de Processo Civil	25
5.1. A inafastabilidade da Jurisdição	25
5.2. Boa-fé objetiva	31
5.3. Princípio da cooperação	33
5.4. Princípio do contraditório efetivo	36
5.5. Duração razoável do processo.....	38
5.6. Estímulo à autocomposição	40
5.7. Fundamentação das decisões judiciais	43
5.8. Publicidade	44
5.9. Princípios de orientação interpretativa	44
Capítulo 2 – Partes, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.....	47
1. Sujeitos e partes da relação processual – partes da demanda e partes do processo	47
2. Pluralidade de partes	50
3. Litisconsórcio	53
3.1. Conceito	53
3.2. Classificação	54
3.2.1. Quanto ao momento de sua formação	54
3.2.2. Quanto à posição dos litisconsortes no processo.....	56
3.2.3. Quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação	56
3.2.4. Quanto ao direito material	67
3.3. Do litisconsórcio multitudinário e a possibilidade de sua limitação.....	70

3.4. Regime de tratamento do litisconsórcio	74
4. Intervenção de terceiro.....	76
4.1 Assistência.....	76
4.1.1. Noções gerais	76
4.1.2. Modalidades de assistência	77
4.1.2.1 Assistência simples.....	77
4.1.2.2 Assistência litisconsorcial	80
4.1.3 Aspectos procedimentais.....	84
4.2. Chamamento ao processo.....	84
4.2.1. Noções gerais.....	84
4.2.2. Hipóteses de cabimento.....	86
4.2.3. Aspectos procedimentais.....	88
4.3. Denunciaçāo da lide	89
4.3.1. Noções gerais	89
4.3.2. Hipóteses de cabimento.....	91
4.3.3. Procedimento da denunciaçāo da lide requerida pelo autor	95
4.3.4. Procedimento da denunciaçāo da lide requerida pelo réu	95
4.4. Desconsideração da personalidade jurídica	96
4.4.1. Noções gerais	96
4.4.2. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	99
4.5. Intervenção de amicus curiae	105
4.5.1 Noções gerais.....	105
Capítulo 3 – Atos Processuais	111
1. Conceito	111
2. Atos físicos e eletrônicos	112
3. Negócio jurídico processual e calendarização do processo	113
4. Atos das partes	117
5. Pronunciamentos do magistrado	117
5.1. Sentença	117
5.2. Decisão interlocutória	118
5.3. Despacho e atos ordinatórios.....	118
5.4. Atos dos tribunais: decisão monocrática do relator e acórdāo.	119
6. Atos praticados pelo escrivāo ou chefe de secretaria.....	119
7. Do lugar da prática dos atos processuais.....	120
8. Do tempo dos atos processuais	121

9.	Dos prazos processuais.....	123
9.1.	Conceito.....	123
9.2.	Preclusão.....	123
9.3.	Classificação	124
9.3.1.	Quanto à preclusão: próprio ou impróprio	124
9.3.2.	Quanto à previsão: legal, judicial, por exclusão e convencional	125
9.3.3.	Quanto ao direcionamento: pessoal, comum, sucessivo	125
9.3.4.	Quanto à prorrogação: dilatóril ou peremptório.....	127
9.3.5.	Quanto à fluência: anos, meses, dias, horas e minutos	127
9.3.6.	Quanto à fluíção: em curso, suspenso, ou interrompido.....	128
9.3.7.	Quanto à contagem: simples ou diferenciado.....	128
10.	Contagem de prazo.....	131
11.	Comunicação dos atos processuais	135
11.1.	Citação	135
11.1.1.	Efeitos da citação	135
11.1.1.1.	Indução de litispêndênciा	136
11.1.1.2.	Estabilização da demanda.....	136
11.1.1.3.	Tornar a coisa litigiosa.....	137
11.1.1.4.	Constituição do devedor em mora	138
11.1.2.	A interrupção da prescrição: efeito do despacho citatório	138
11.1.3.	Modalidades de citação	138
11.1.3.1.	Citação postal	139
11.1.3.2.	Citação por oficial de justiça	139
11.1.3.3.	Citação por hora certa.....	140
11.1.3.4.	Citação por edital	141
11.1.3.5.	Citação por meio eletrônico	142
11.1.3.6.	Citação por escrivão ou chefe de secretaria.....	142
11.2.	Intimação.....	143
11.3.	Cartas processuais.....	144
11.3.1.	Carta de ordem	144
11.3.2.	Carta rogatória.....	145
11.3.3.	Carta precatória	145
11.3.4.	Carta arbitral	145
11.3.5.	Requisitos formais das cartas	146
11.3.6.	Caráter itinerante da carta	146
11.3.7.	Recusa no cumprimento da carta.....	147

Capítulo 4 – Tutela Provisória.....	149
1. Introdução ao sistema legal: tutelas definitivas e tutelas provisórias	149
2. Tutelas provisórias de urgência.....	149
3. Tutelas provisórias de evidência.	154
Capítulo 5 – Formação da Demanda e Audiência de Conciliação ou Mediação	157
1. Petição inicial	157
2. Estrutura da petição inicial	158
2.1. Endereçamento.....	159
2.2. Qualificação das partes	159
2.3. Causa de pedir	160
2.4. Pedido.....	162
2.5. Valor da causa	162
2.6. Provas a produzir	164
2.7. Opção pela audiência de conciliação/mediação	165
2.8. Endereço profissional do advogado	165
2.9. Procuração e documentos indispensáveis à propositura da ação	166
3. Formulação do pedido	166
3.1. Certeza do pedido	168
3.2. Determinação do pedido	170
3.3. Cumulação de pedidos.....	171
4. Análise da petição inicial	173
5. Emenda da petição inicial	174
6. Indeferimento da petição inicial.....	175
7. Improcedência liminar do pedido.....	179
8. Aditamento da petição inicial	182
9. Audiência de conciliação ou mediação	182
9.1. Noções gerais	182
9.2. Hipóteses de não realização.....	185
9.3. Comparecimento como dever processual e possibilidade de representação da parte.....	186
Capítulo 6 – Resposta Do Réu	189
1. Introdução	189
2. Contestação.....	192
2.1. Momento para apresentação.....	192

2.2. Forma da contestação.....	193
2.3. Conteúdo da contestação	194
2.3.1. Defesa material (de mérito ou substancial)	194
2.3.2. Defesa indireta (processual ou preliminares de contestação)	197
2.3.2.1. Inexistência ou nulidade da citação.....	198
2.3.2.2. Incompetência absoluta e relativa	198
2.3.2.3. Incorreção do valor da causa.....	200
2.3.2.4. Inépcia da petição inicial.....	201
2.3.2.5. Perempção, litispêndencia e coisa julgada	201
2.3.2.6. Conexão	202
2.3.2.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	202
2.3.2.8. Convenção de arbitragem.....	203
2.3.2.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual	204
2.3.2.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.....	206
2.3.2.11. Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça... <td>206</td>	206
3. Reconvenção (pedido reconvencional).....	207
3.1. Forma e requisitos.....	208
3.2. Autonomia da reconvenção.....	209
4. Revelia.....	210
4.1. Efeito material da revelia	210
4.2. Efeitos formais da revelia	212
Capítulo 7 – Providências Preliminares e Saneamento do Processo.....	215
1. Introdução	215
2. Providências preliminares.....	216
2.1. Réplica	216
2.2. Correção de irregularidades	218
3. Julgamento conforme o estado do processo	219
3.1. Extinção do processo	219
3.2. Julgamento antecipado do mérito	221
3.3. Julgamento antecipado parcial do mérito	222
4. Decisão de saneamento e organização do processo	224
4.1. Audiência de saneamento e organização do processo.....	226
4.2. Negócio jurídico sobre organização do processo.....	227

Capítulo 8 – Audiência de Instrução e Julgamento	229
1. Conceito e características gerais.....	229
2. Relevância e necessidade	230
3. Características da audiência de instrução e julgamento	231
3.1. Publicidade.....	231
3.2. Unicidade e continuidade	232
4. Rito ou estrutura da audiência de instrução e julgamento	232
4.1. Atos preparatórios.....	233
4.2. Atos de conciliação	234
4.3. Atos de instrução	235
4.4. Ato de julgamento	236
5. Documentação da audiência	237
Capítulo 9 – Teoria Geral da Prova	239
1. Questões de fato e sua demonstração	239
2. O conceito de prova	240
3. As relações entre prova e verdade	241
4. Classificação da prova	250
4.1. Quanto à previsão legal: típicas e atípicas	250
4.2. Quanto ao objeto: diretas e indiretas	250
4.3. Quanto ao sujeito: pessoal ou real	251
4.4. Quanto à forma: oral, documental e material	251
5. Objeto e finalidade da prova	251
6. O ônus da prova e sua distribuição	253
7. Destinatários da prova.....	258
8. A prova ilícita.....	260
8.1. Conceito	260
8.2. A prova ilícita por derivação e sua utilização	263
8.3. A proibição da prova ilícita e a proporcionalidade	264
9. Os sistemas de valoração da prova – a decisão como argumentação e cooperação	266
Capítulo 10 – Provas em Espécie.....	273
1. A produção antecipada de prova	273
2. Depoimento pessoal	276
3. Confissão	279
4. Exibição de documento ou coisa	281

5. Prova documental	284
5.1. Conceito	284
5.2. Arguição de falsidade	287
5.3. Produção da prova documental	288
5.4. Ata notarial	289
6. Prova testemunhal	290
6.1. Conceito e cabimento	290
6.2. Produção da prova testemunhal	293
7. Prova pericial	296
8. Inspeção judicial	301
Capítulo 11 – Sentença	303
1. Conceito e classificação das sentenças	303
2. Elementos da sentença e a necessidade de fundamentação.....	307
Capítulo 12 – Coisa Julgada.....	315
1. Estabilização, preclusão e coisa julgada: a importância do estudo da cognição judicial.....	315
2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	325
3. Julgamentos parciais de mérito e formação de coisa julgada	329
Referências Bibliográficas	335